

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

### **ANEXO V - METODOLOGIA DE CÁLCULO**

(Art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

#### **Introdução**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) faz a correlação entre gestão fiscal responsável e a definição de metas de receitas e despesas:

Art. 1º. [...]

§ 1º A **responsabilidade na gestão fiscal** pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar **o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas** e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Nesse sentido também estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais (AMF). Enquanto não for constituído o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da LRF, compete à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a edição de normas de consolidação das contas públicas. Nesse sentido, o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelece orientações emanadas a todos os entes federados, para, entre outros aspectos, padronizar os demonstrativos fiscais nos três níveis de governo. Assim, a estrutura dos demonstrativos segue o modelo e regras estabelecido pela STN no referido Manual.

A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

- a) Demonstrativo 1 – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo 6 – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo 7 – Projeção Atuarial do RPPS;

- h) Demonstrativo 8 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- i) Demonstrativo 9 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.

## **Demonstrativo 1**

### **Metas Anuais**

§ 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

### **Cenário Econômico**

As dificuldades para a retomada do crescimento econômico persistem no ano de 2017, sendo o Estado do Rio de Janeiro a federação de pior performance fiscal no país. Indicadores econômicos apontam para o fim do processo de recessão, contudo num contexto ainda de baixo crescimento dos investimentos públicos e privados. No entanto, está em processo a convergência da taxa de inflação para o centro da meta com ancoragem das expectativas, o que cria espaço para a flexibilização da Política Monetária já em curso.

**TABELA 1 – CENÁRIO MACROECONOMICO DE REFERÊNCIA**

<b>PLDO 2018 – PROJEÇÕES DE PARAMETROS 2017 A 2020</b>				
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>PIB REAL</b>	<b>0,5 %</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,6%</b>
<b>INFLAÇÃO IPCA</b>	<b>4,0 %</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,5%</b>
<b>Dólar (US\$)</b>	<b>R\$ 3,20</b>	<b>R\$ 3,40</b>	<b>R\$ 3,50</b>	<b>R\$ 3,60</b>
<b>SALÁRIO MÍNIMO</b>	<b>R\$ 937,00</b>	<b>R\$ 979</b>	<b>R\$ 1.029</b>	<b>R\$ 1.103</b>

Fonte: LDO da União

A desinflação verificada a partir de 2016 é explicada pela queda da demanda agregada, principalmente via consumo. Também explica o processo de normalização da taxa de inflação a acomodação das estimativas de câmbio bem como a confiança do mercado em favor da equipe gestora do Bacen, aumentando a credibilidade da política monetária. Neste sentido, vislumbra-se um cenário de redução da taxa básica de juros no Brasil e, conseqüentemente, retomada da atividade econômica.

O regime de câmbio flutuante garante o equilíbrio externo e, somado à elevada quantidade de reservas internacionais, permite que a economia se ajuste de maneira suave às condições externas. Diante desse arcabouço, o cenário de referência prevê

que a taxa de câmbio R\$/US\$ de 3,3 para o fim de 2017, 3,4 ao fim de 2018, 3,5 em 2019, alcançando 3,6 em dezembro de 2020. Esta desvalorização cambial imputa em ganhos de competitividade nos termos de troca em favor do Brasil. Neste sentido, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado positivo de janeiro a dezembro de 2016 de US\$ 4,6 bilhões ante um déficit de US\$ 147 milhões no mesmo período do ano anterior<sup>1</sup>.

## Metas Anuais

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem (2018) e para os dois seguintes (2019 e 2020).

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar o crescimento sustentado, a distribuição da renda, o fortalecimento dos programas sociais, o adequado o acesso aos serviços públicos, o financiamento de investimentos em infraestrutura, sem perder de vistas que uma gestão fiscal responsável é condição necessária para a continuidade das políticas públicas e que para tal deve-se garantir a sustentabilidade intertemporal da dívida pública.

Também fortalece a política fiscal o alinhamento às melhores práticas internacionais de ações de aperfeiçoamento da governança pública, tais como, o aprimoramento da eficiência da alocação dos recursos com medidas de racionalização dos gastos públicos, melhoria nas técnicas de gestão e controle, ampliação dos mecanismos de transparência.

As metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais (Resultados Primário e Nominal) visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento público no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

De maneira geral o resultado primário é apurado com base em:

a) **Receitas não financeiras ou primárias** – Correspondem ao total da receita arrecadada, deduzidas as seguintes:

- a) ganhos obtidos em aplicações financeiras;
- b) ingressos decorrentes de operações de crédito;
- c) recebimentos decorrentes de empréstimos concedidos pelo governo;
- d) receitas decorrentes de alienações de bens, como as relativas à privatização de empresas estatais.

---

<sup>1</sup> Informação retirada no sítio da Secretaria Estadual de Fazenda.

Os recursos arrecadados em exercício anterior e que tenham gerado superávit financeiro, quando utilizados como fonte para abertura de créditos orçamentários adicionais são classificados como fonte financeira.

b) **Despesas não financeiras ou primárias** – Despesa total, deduzidas daquelas com:

- a) amortização, juros e outros encargos da dívida interna e externa;
- b) aquisição de títulos de capital já integralizado;
- c) concessão de empréstimos com retorno garantido.

(LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020	
	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante
Receita Total	<b>2.457.488.199</b>	2.351.663.348	<b>2.568.075.168</b>	2.457.488.199	<b>2.550.000.000</b>	2.440.191.388
Receitas Primárias (I)	<b>2.252.964.199</b>	2.155.946.602	<b>2.378.510.482</b>	2.276.086.586	<b>2.467.775.606</b>	2.361.507.757
Despesa Total	<b>2.293.443.939</b>	2.194.683.195	<b>2.390.300.366</b>	2.287.368.771	<b>2.470.000.000</b>	2.363.636.364
Despesas Primárias (II)	<b>2.233.722.023</b>	2.137.533.036	<b>2.312.853.213</b>	2.213.256.663	<b>2.388.816.925</b>	2.285.949.211
Resultado Primário (III)=(I-II)	<b>19.242.176</b>	18.413.566	<b>65.657.269</b>	62.829.923	<b>78.958.681</b>	75.558.546
Resultado Nominal	<b>44.242.176</b>	42.337.011	<b>91.782.269</b>	87.829.923	<b>106.008.505</b>	101.443.545
Dívida Pública Consolidada	<b>1.084.868.991</b>	1.038.152.144	<b>1.202.211.524</b>	1.150.441.650	<b>1.209.214.568</b>	1.157.143.127
Dívida Consolidada Líquida	<b>752.049.043</b>	719.664.156	<b>691.616.774</b>	661.834.234	<b>618.619.819</b>	591.980.688

FONTES: RREO 6º BIMESTRE 2016

O Quadro acima demonstra a retomada da capacidade de geração de superávits primários pelo município. A expectativa é de que a receita primária corrente aumente principalmente em função da retomada da atividade econômica, como mostrado no Quadro de parâmetros macroeconômicos. A estimativa é de um crescimento real de 5% para o ano de 2018 da receita primária quando comparada ao ano de 2017, e opta-se pelos próximos dois anos a adotar um posicionamento conservador ao atrelar o crescimento da receita total ao índice de inflação, sendo este também evidenciado pelo Quadro de parâmetros macroeconômicos.

No que se refere à despesa, há uma estimativa de crescimento nominal do gasto, porém em ritmo menor ao observado dos anos anteriores. Esta diminuição da tendência de aumento se explica principalmente pelo lado da despesa de capital, com diminuição da execução de despesas atreladas às operações de crédito. As demais despesas foram estimadas utilizando como parâmetros a inflação e o salário mínimo, importantes indexadores que impactam as despesas obrigatórias e discricionárias que compõem as despesas primárias.

A Dívida Pública Consolidada aumenta na medida em que ocorrem os ingressos da operação de crédito contratada “Programa Pró-Sustentável da Região Oceânica – CAF”. Prevista para que se atinja o auge da execução financeira da operação do CAF em 2019, percebe-se que este fato é suficiente para a estabilização da trajetória de crescimento da dívida consolidada para esse ano. Também contribui para esta estabilidade da Dívida Pública o fato de se começar a amortizar as dívidas contratuais junto às Instituições Financeiras Internas e Externas, ao fim do prazo de carência.

A dívida líquida acompanha principalmente a trajetória do resultado primário, atingindo o seu limite de crescimento no presente ano de 2017 com diminuição gradativa ao longo dos próximos 3 anos. Dado que os conceitos de resultado e variação de

endividamento estão fortemente associados um ao outro, a tendência de redução da dívida líquida reflete a estimativa de que a partir de 2018 os resultados primários obtidos passam a ser positivos, superando ano após ano os gastos com os juros nominais. Este fato contribui para a redução da dívida pública líquida, sendo este um indicador importante que compõe os limites de endividamento público para os entes da Federação definidos na Resolução do Senado.

Vale ressaltar que depois de definidas e aprovadas as metas fiscais (resultados primário e nominal), o monitoramento será realizado por meio de demonstrativo específico que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).<sup>2</sup> Visando à padronização dos demonstrativos, a Secretaria do Tesouro Nacional publica periodicamente o Manual de Demonstrativos Fiscais, que define a estrutura da demonstração para que União, Estados, DF e Municípios evidenciem, bimestralmente, o resultado primário do período. A apuração bimestral se interliga com a necessidade de acompanhamento da programação financeira e, caso a expectativa de receita reestimada a cada bimestre não comporte o cumprimento da meta de resultado primário, o governante deverá limitar a movimentação de empenho e financeira.<sup>3</sup>

## Demonstrativo 2

### Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior Inciso I do § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O Demonstrativo visa estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro de 2016, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	Metas Realizadas em 2016 (b)	Variação	
			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	2.227.000.000	2.312.265.114	85.265.114	3,8
Receitas Primárias (I)	2.074.086.197	1.949.827.410	-124.258.787	-6,0
Despesa Total	2.227.000.000	2.240.298.201	13.298.201	0,6
Despesas Primárias (II)	2.073.687.961	2.173.509.281	99.821.320	4,8
Resultado Primário (III)=(I-II)	398.236	-223.681.870	-223.283.634	-56.068,2
Resultado Nominal	-284.217.240	314.519.232	598.736.472	-210,7
Dívida Pública Consolidada	743.877.983	855.582.166	111.704.183	15,0
Dívida Consolidada Líquida	505.484.593	664.129.980	158.645.387	31,4

FONTE: RREO 6º BIMESTRE 2016

Encerrado o ano de 2016, verificou-se que o Município de Niterói atingiu um déficit primário de R\$ 223 milhões. Este resultado reflete a ampliação em mais de 127% da rubrica de investimentos, passando de R\$ 157 milhões em 2015 para quase R\$ 360 milhões em 2016. Este aumento impactou positivamente a despesa primaria sem a contrapartida do respectivo aumento da receita primaria, pois, a elevação do investimento foi financiado principalmente por obtenção de receitas de capital, em sua maioria de operações de crédito.

<sup>2</sup> LRF, art. 53, inciso III.

<sup>3</sup> LRF, art. 9º.

Cabe destacar o papel importante no resultado primário da ação de aberturas de crédito suplementares com recursos provenientes de superávit financeiro apurados no balanço patrimonial de exercícios anteriores. Ocorre um desequilíbrio que impacta negativamente o resultado primário pois o superávit financeiro, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não é receita do exercício de referência e por isso é contabilizada como receita financeira, pois já o foi em exercício anterior. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, portanto primárias, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Em 2015, foram realizados créditos ao orçamento no valor de R\$ 71 milhões à conta de superávit financeiro, sendo este valor aumentado para R\$ 115 milhões no ano de 2016.

### Demonstrativo 3

## Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

§ 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal do ente federativo, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas.

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	2.060.000.000	2.240.298.201	8,8	2.210.105.067	- 1,3	2.457.488.199	11,2	2.568.075.168	4,5	2.550.000.000	- 0,7
Receitas Primárias (I)	1.919.396.911	1.949.827.410	1,6	2.060.273.185	5,7	2.252.964.199	9,4	2.378.510.482	5,6	2.467.775.606	3,8
Despesa Total	2.060.000.000	2.218.500.788	7,7	2.210.105.067	- 0,4	2.293.443.939	3,8	2.390.300.366	4,2	2.470.000.000	3,3
Despesas Primárias (II)	1.884.308.874	2.173.509.281	15,3	2.161.167.020	- 0,6	2.233.722.023	3,4	2.312.853.213	3,5	2.388.816.925	3,3
Resultado Primário (III)=(I-II)	35.088.037	- 223.681.870	- 737,5	- 100.893.835	54,9	19.242.176	119,1	65.657.269	241,2	78.958.681	20,3
Resultado Nominal	- 93.020.347	314.519.231	438,1	- 81.449.134	- 125,9	44.242.176	154,3	91.782.269	107,5	106.008.505	15,5
Dívida Pública Consolidada	449.352.978	855.582.166	90,4	949.457.099	11,0	1.084.868.991	14,3	1.202.211.524	10,8	1.209.214.568	0,6
Dívida Consolidada Líquida	86.808.116	664.129.979	665,1	766.291.219	15,4	752.049.043	- 1,9	691.616.774	- 8,0	618.619.819	- 10,6

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	2.279.802.000	2.633.056.977	15,5	2.210.105.067	- 16,1	2.351.663.348	6,4	2.457.488.199	4,5	2.440.191.388	- 0,7
Receitas Primárias (I)	2.124.196.561	2.291.662.183	7,9	2.060.273.185	- 10,1	2.155.946.602	4,6	2.276.086.586	5,6	2.361.507.757	3,8
Despesa Total	2.279.802.000	2.607.438.141	14,4	2.210.105.067	- 15,2	2.194.683.195	- 0,7	2.287.368.771	4,2	2.363.636.364	3,3
Despesas Primárias (II)	2.085.364.631	2.554.558.930	22,5	2.161.167.020	- 15,4	2.137.533.036	- 1,1	2.213.256.663	3,5	2.285.949.211	3,3
Resultado Primário (III)=(I-II)	38.831.931	- 262.896.747	- 777,0	- 100.893.835	61,6	18.413.566	118,3	62.829.923	241,2	75.558.546	20,3
Resultado Nominal	- 102.945.618	369.659.296	459,1	- 81.449.134	- 122,0	42.337.011	152,0	87.829.923	107,5	101.443.545	15,5
Dívida Pública Consolidada	497.298.941	1.005.578.895	102,2	949.457.099	- 5,6	1.038.152.144	9,3	1.150.441.650	10,8	1.157.143.127	0,6
Dívida Consolidada Líquida	96.070.542	780.562.192	712,5	766.291.219	- 1,8	719.664.156	- 6,1	661.834.234	- 8,0	591.980.688	- 10,6

FONTE: RREO 6º BIMESTRE 2016